

Maternidade

É

Vínculo Social

¹ Artigo apresentado no XIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais no Grupo de Trabalho de Relações de Gênero outubro de 1995

² Relatório da pesquisa *Famílias de Crianças e Adolescentes* diversidade e movimento Belo Horizonte AMAS 1995

³ O projeto piloto foi realizado sob a coordenação de Maria Ignez Costa Moreira

Neste artigo¹ desenvolvemos o argumento de que a figura materna deve ser central nas políticas sociais dirigidas a famílias na medida em que existe uma estreita ligação entre a organização familiar e a figura materna. Em vez de ter sua base em laços biológicos, esta ligação está fundamentada na posição estratégica da mulher dentro do grupo familiar e dos vínculos que aí desenvolve a partir de valores e práticas socio-culturais.

Os dados discutidos no texto têm origem na pesquisa *Famílias de Crianças e Adolescentes em Belo Horizonte* realizada pela Associação Municipal de Assistência Social (AMAS) no município de Belo Horizonte². A finalidade da pesquisa era oferecer subsídios para a proposição de políticas sociais destinadas prioritariamente às famílias de baixa renda residentes nos bairros mais carentes do município. Foram realizados um *survey* (cuja amostra foi formada apenas por famílias com crianças e adolescentes) e uma pesquisa qualitativa com estudos de caso, além de um projeto-piloto de intervenção junto a famílias³ desenvolvido pela AMAS.

A centralidade da dinâmica familiar na organização da vida de todos os setores sociais foi tomada como pressuposto da pesquisa. Partindo então dos tipos de família encontrados contextualizados de acordo com a renda familiar, a pesquisa descreveu aspectos de sua organização cotidiana, especialmente aqueles vinculados ao trabalho remunerado, às atividades domésticas, à presença das figuras materna e paterna, ao cuidado, socialização e circulação das crianças, bem como a rede de apoio e aos conflitos familiares.

A partir desses dados apresentamos inicialmente uma sucinta reflexão sobre a representação da figura materna nas políticas sociais dirigidas à infância e/ou a famílias, criticando a recorrente visão que as leva a reduzir a mãe ao papel doméstico. Em seguida mostra-

mos que o contato da família com a sociedade ocorre em grande parte através da figura materna que é inclusive a principal mediadora dos direitos de cidadania de crianças e adolescentes. A mãe é a figura que se mantém mais constante através das mudanças vividas pela família atuando tanto no âmbito doméstico quanto no mercado de trabalho e além disso sendo responsável por várias das estratégias de sobrevivência do grupo familiar. Torna-se necessário lançar um novo olhar sobre a posição da mulher no grupo familiar e conseqüentemente sobre as políticas sociais dirigidas à família. Em vez de uma abordagem naturalizante tais políticas deveriam se pautar pelo apoio à figura materna e promoção de maior igualdade no grupo familiar.

Um olhar enviesado

Durante muito tempo as intervenções sociais dirigidas às famílias tiveram por objetivo essencial normatizá-las e discipliná-las. Isso é particularmente claro no que se refere às famílias das camadas populares como demonstraram os estudos de Donzelot, Costa e Rago⁴, dentre outros. O higienismo e o sanitarismo procuravam atuar sobre a mulher como mãe de família valorizando o seu lugar no lar (e fazendo-a se restringir a esse espaço) para que pudesse criar um ambiente acolhedor para o marido e os filhos tirando-os da rua e do bar/cabare. O papel disciplinador da família sobre a moral, a sexualidade e a vida reprodutiva deveria encontrar na mulher/mãe-de-família um pilar básico. Assim, apesar de ser considerada a esfera íntima da sociedade, a família tornou-se alvo de atenção do poder público. A formação de indivíduos saudáveis e cidadãos normais exigia o controle das boas normas familiares, morais e higiênicas colocadas sob a responsabilidade da dedicada dona de casa e do pai provedor e respeitável.

No Brasil, esta cruzada do higienismo e da moralização na organização de uma norma familiar (e médica) realizou-se desde as duas últimas décadas do século XIX até os anos 1930. O papel da mulher/mãe-de-família era explicitamente mencionado como fundamental para o desenvolvimento de programas de intervenção social, mas este reconhecimento partia de uma noção naturalizada do lugar da mulher. Assim, ainda que essa postura disciplinarizante tivesse sofrido algum questionamento em décadas posteriores, a formulação de políticas e programas de intervenção social até os nossos dias continuou a manter a postura básica de contar com a mulher em casa.

No entanto, cada vez mais tem sido reconhecido

⁴ DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. COSTA, Jurandir F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. RAGO, Margareth L. *Do Cabare ao Lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

o papel da mulher no mundo publico e particularmente do trabalho sem que isso coloque necessariamente em xeque seu lugar de mãe e dona-de-casa. Ao considerar esse lugar domestico ocupado pela mulher como natural ou como pressuposto as politicas sociais basicas fabricam suas proprias contradições. Assim por exemplo embora as politicas educacionais não mencionem explicitamente pressupõem que as crianças disponham sempre de alguem em casa - a mãe - que acompanhe de perto suas trajetorias escolares e cuide delas no periodo do dia em que não estão na escola. As politicas de saude por sua vez pressupõem que doentes ou idosos tenham alguem da família que os acompanhe. Alem disso politicas mais especificas tais como o atendimento a deficientes e a toxicômanos frequentemente se omitem sobre quem esta atuando como apoio ou dando continuidade ao atendimento em casa ou no meio familiar. Não se discute aqui a importância do apoio familiar para o sucesso escolar de crianças ou o cuidado de doentes e idosos mas a questão é de quem vem e em que condições vem tal apoio no cotidiano da família.

Não é raro que as mães desempenhem um papel de retaguarda nas ações sociais ficando como uma especie de ator oculto não mencionado (exatamente porque seu lugar é visto como natural) - exceto quando esta ausente ou não cumpre bem o seu papel. O contexto atual de discussão sobre politicas sociais que valoriza as parcerias entre o poder publico e a sociedade civil além da criação de Conselhos setoriais (por exemplo conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente tutelar de assistência social de saude) reforça a necessidade da reflexão sobre a centralidade da mulher/mãe nas intervenções sociais. Em que medida a família e a mulher continuam a ser consideradas de forma naturalizada por estas instâncias? O reconhecimento por parte do poder publico de ações importantes desenvolvidas pela sociedade na esfera social não correria o risco de deixar intocaveis situações que desfavorecem as mulheres?

É necessario ainda lembrarmos a fragilidade das politicas sociais no Brasil fazendo com que exista de fato a sociedade providência. Assim devido a ausência ou as limitações das politicas sociais - para todos os setores sociais mas particularmente para os setores populares - as respostas a carências e dificuldades são frequentemente encontradas na propria esfera das relações sociais primarias - a família a vizinhança a comunidade. É amplamente reconhecido que a medida que as mulheres se incorporaram em maior escala ao mercado de trabalho não se construíram

condições para suprir a sua saída de casa não apenas no que se refere a realização das tarefas domésticas - cuidado da casa e dos filhos - mas também em relação a esse suporte para as políticas sociais

Embora atuando sobretudo como refugio a que se recorre em caso de doença de problemas de moradia e de desemprego para o cuidado das crianças pequenas dos doentes e idosos a família nem sempre é capaz de prover tal proteção aos seus membros Com frequência é acusada então de estar em crise embora essa noção tenha sido pouco definida ate agora Conforme nos lembra Philippe Ariès⁵ não podemos falar hoje em crise da família mas da impossibilidade da família de desempenhar todas as funções de que tem sido investida Ao inves de ser focalizada como um grupo inteiramente autônomo ou ao contrario inteiramente vazado por pressões sociais ou ainda refugio ou instituição disciplinadora e preciso ver a família como um sistema em troca permanente com seu meio que recebe pressões mas que também atraves das soluções cotidianas dos pequenos e grandes rearranjos nas relações interpessoais inventa cultura

Nem refugio nem instituição meramente disciplinadora nem mesmo espaço intimo inteiramente autônomo a família qualquer que seja a sua organização se mostra como uma instituição básica de formação e proteção de seus membros bem como de mediação da sua cidadania Portanto os vinculos que garantem essa mediação formação e proteção devem receber atenção especial por parte da sociedade na qual a família com suas particularidades se insere

A figura materna uma posição estratégica

A partir dos dados da pesquisa realizada em Belo Horizonte passamos a comentar sobre a participação da mulher no grupo familiar abrangendo varios aspectos dentre eles presença/ausência da mãe e diversidade de tipos de família sustento econômico cuidados domésticos e dos filhos e mediação família-sociedade

a) Famílias diversidade e movimento

Uma concepção que marcada no imaginario social aparece baseando ações sociais dirigidas a famílias e aquela da família conjugal nuclear monogâmica composta de um homem e uma mulher casados diante da lei vivendo conjugalmente sem apresentar conflitos internos sendo o homem o chefe da família e a mulher a dona-de-casa ou melhor ainda a mãe-de-família fora do mercado de trabalho especialmente quando deve cuidar de crianças e adolescentes Em consequên-

⁵ ARIÈS Philippe *Família e Cidade* In FIGUEIRA, S da e VELHO G (coord.) *Família Psicologia e Sociedade* Rio de Janeiro Campus 1981

cia desse modelo idealizado de família todas as outras formas são consideradas desviantes

O desconhecimento a respeito da diversidade das formas familiares existentes em favor de uma forçada homogeneização em torno de um só modelo leva a estigmatização de várias formas de família acusadas de "desestruturação" por apresentarem particularidades que as afastam do modelo ideologicamente dominante⁶ em particular famílias de classes populares. No entanto, o que se tem demonstrado é a existência de uma diversidade de arranjos familiares⁷ bem como o fato de que há uma "centralidade da família na vida de crianças e adolescentes mesmo quando o arranjo do grupo familiar não corresponde ao modelo nuclear"⁸

Além da diversidade dos arranjos familiares é importante assinalar seu constante movimento. A mobilidade entre um e outro arranjo fica evidente na medida em que, por exemplo, as uniões conjugais se rompem ou se reconstituem e parentes se agregam (ou se afastam) ao núcleo original da família. Esse movimento de organização-reorganização torna visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. Evitando a naturalização da família, precisamos compreendê-la como grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantêm estreita relação com o contexto sócio-cultural.

O reconhecimento da diversidade de formas familiares não deve ser uma mera constatação estatística em que nos submetemos a descrição do fato enquanto lamentamos a sua existência do ponto de vista moral. É preciso enxergar na diversidade não apenas os pontos de fragilidade, mas também a riqueza das respostas possíveis encontradas pelos grupos familiares dentro de sua cultura para as suas necessidades e projetos. Assim, encontramos formas diferentes de conjugalidade, arranjos individuais e coletivos de cuidado com as crianças, entre outras.

Na pesquisa, identificamos nove tipos de famílias considerados significativos, seja por sua incidência estatística, seja porque se constituíam em evidência de diferentes arranjos do grupo familiar. Os tipos de família identificados na pesquisa foram:

Nuclear simples família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio, todas as crianças e adolescentes são filhos desse mesmo pai e dessa mesma mãe. Não há mais nenhum adulto ou nenhuma criança (que não sejam filhos) morando no domicílio.

Monoparental feminina simples família em que apenas a mãe está presente no domicílio, vivendo com

⁶ ROSEMBERG, Fulvia. *Universos Culturais na América Latina e Processos de Exclusão: crianças pobres e famílias em risco*. In: *Anais do III Seminário Latino Americano Do Direito ao Avesso*. UNICEF, 1994.

⁷ FLACSO. *Mulheres Latino Americanas em Dados*. Madrid, Santiago, 1993.

⁸ ROSEMBERG, Fulvia. *op. cit.* p. 54.

seus filhos mas também eventualmente com outros menores sob sua responsabilidade. Não há mais nenhuma pessoa maior de 18 anos que não seja filho morando no domicílio.

Monoparental masculina (simples ou extensa)

família em que apenas o pai está presente no domicílio vivendo com seus filhos e possivelmente com outros menores sob sua responsabilidade e/ou outros adultos sem filhos menores de 18 anos.

Nuclear extensa família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio vivendo com seus filhos e outros menores sob sua responsabilidade e também com outros adultos parentes ou não.

Monoparental feminina extensa família em que apenas a mãe está presente no domicílio vivendo com seus filhos e outros menores sob sua responsabilidade e também com outros adultos parentes.

Famílias conviventes famílias que moram juntas no mesmo domicílio sendo ou não parentes entre si. Cada família pode ser constituída por pai-mãe-filho por pai-filhos ou por mãe-filho. Outros adultos sem filhos parentes ou não podem viver no domicílio. Nessa categoria foram também agrupadas as famílias compostas de duas ou mais gerações desde que em cada geração houvesse pelo menos uma mãe ou um pai com filhos até 18 anos.

Família nuclear reconstituída família em que o pai e/ou a mãe estão vivendo em nova união legal ou consensualmente podendo também a companheira ou o companheiro ter filhos com idade até 18 anos vivendo ou não no domicílio. Outros adultos podem viver no domicílio.

Família de genitores ausentes família em que nem o pai nem a mãe estão presentes no domicílio mas em que existem outros adultos (tais como avós, tios) que são responsáveis pelos menores de 18 anos.

Família nuclear com crianças agregadas família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio com seus filhos e também com outros menores sob sua responsabilidade. Não há outro adulto morando no domicílio.

A Tabela 1 mostra a distribuição dos tipos de família na amostra. Ao efetuar os necessários cruzamentos de variáveis na pesquisa achamos necessário para evitar a fragmentação dos dados em vários índices de baixa frequência proceder a uma reagregação em cinco tipos⁹ conforme sintetizado no Gráfico 1. Diante desta diversidade buscamos uma análise que evitasse reproduzir uma tipologia estática tanto quanto evitasse reafirmar como ideal o modelo estatisticamente mais frequente qual seja o da família nuclear simples. Cientes de que como lembra Cynthia Sarti¹⁰ a existência de modelos diferentes de família não significava necessariamente contestação ou alternativa ao

⁹ Os tipos de família nuclear simples nuclear extensa monoparental feminina simples monoparental feminina extensa foram mantidos sem alterações enquanto todos os demais tipos foram agregados sob a categoria outras.

¹⁰ SARTI, Cynthia. Família Patriarcal entre os Pobres Urbanos? *Cadernos de Pesquisa*, 82, 37-41, agosto 1992.

modelo dominante da família nuclear vimos na existência da diversidade algo mais do que uma simples variação. Nossa análise revelava um movimento entre os vários tipos configurando uma dinâmica entre eles. O estudo dessa dinâmica e que poderia vir a indicar por exemplo em que medida determinados tipos de família se constituíam a partir da quebra de um outro modelo ou se colocavam como uma alternativa ao modelo dominante ou mostravam formas complementares de organização. Nesse sentido nenhuma família poderia ser considerada estruturada ou desestruturada por pertencer a este ou aquele tipo mesmo que estivesse vivendo processos de estruturação ou desestruturação que pudessem mudar a sua forma de organização.

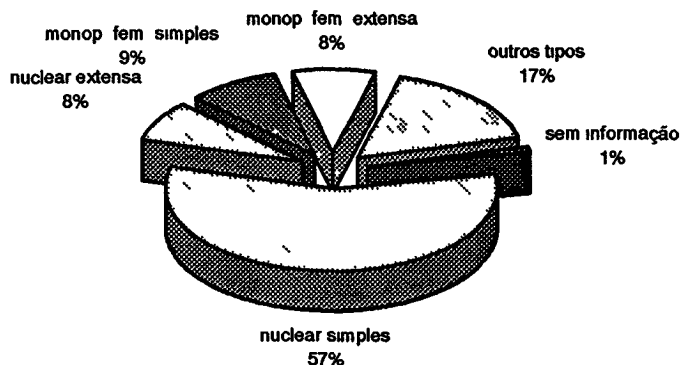
Tabela 1 - Tipos de Família de Crianças e Adolescentes (em percentuais)

Tipos de Família	Nº	%
Nuclear Simples	597	57
Monoparental Feminina Simples	90	9
Nuclear Extensa	88	8
Monoparental Feminina Extensa	78	8
Famílias Conviventes	67	6
Nuclear Reconstituída	62	6
Família de Genitores Ausentes	25	2
Nuclear com Crianças Agregadas	16	2
Monoparental Masculina	12	1
(extensa + simples)		
Sem informação	4	1
Total	1 041	100

Fonte: Associação Municipal de Assistência Social - Pesquisa Famílias de Crianças e Adolescentes em Belo Horizonte - 1994

Para evitar a polaridade família estruturada-família desestruturada adotamos uma noção de processo de organização-desorganização-reorganização comum a todos os tipos de família inclusive a nuclear. Nesse processo os tipos de família representam formas de estabilização ainda que relativamente transitorias na organização das relações da vida privada e no enfrentamento do cotidiano o que acontece por exemplo quando uma família monoparental feminina junta-se a outra para facilitar os cuidados com as crianças formando uma família convivente ou quando uma família nuclear se desmembra em duas famílias monoparentais buscando respostas para seus conflitos internos.

Gráfico 1 - Tipos de Família - Síntese



Fonte Associação Municipal de Assistência Social - Pesquisa Famílias de crianças e adolescentes em Belo Horizonte 1994

Uma vez configurado o movimento entre os tipos de família e em particular por estarmos tratando de famílias com crianças e adolescentes tornava-se possível enfatizar os seguintes aspectos

(a) a importância central da organização do cuidado com as crianças para a organização e reorganização do grupo em todos os tipos de família. Neste caso chamava a atenção a centralidade do vínculo mãe-criança e portanto da figura materna na maior parte dos tipos de família

(b) a relevância da inserção do grupo familiar dentro de uma rede de relações familiares para que pudesse proceder ao seu movimento de organização e reorganização. Neste caso notava-se a importância do sistema de parentesco para o cuidado das crianças ultrapassando o círculo restrito da relação mãe-criança e pai-criança e ampliando esse círculo para a relação criança-pai-parentes-do-pai e principalmente conforme foi visto no estudo qualitativo criança-mãe-parentes-da-mãe

Esses aspectos ficam mais claros quando analisamos os dados referentes as figuras materna e paterna na família sua inserção no mercado de trabalho sua presença nas tarefas domésticas e no cuidado com as crianças co-moradia contribuição e convivência com os filhos

b) O trabalho das mães o cotidiano doméstico e o cuidado das crianças

As pesquisas censitárias demonstram que as taxas de atividade feminina aumentaram significativamente no Brasil durante as últimas décadas. Porém e entre as mulheres casadas e com filhos que este acréscimo foi mais expressivo¹¹. Além disso há uma correlação entre a situação de atividade da mãe e a idade das crianças sendo importante relacionar as taxas de participação das mulheres na população economicamente ativa com a existência

¹¹ BRUSCHINI Cristina O Trabalho da Mulher Brasileira nos Anos 70 e 80 comparações regionais 1988 mimeo

de crianças pequenas e o nível de renda da família. Por exemplo, a pesquisa revelou que dentre as famílias de renda até cinco salários há menor percentual de crianças até quatro anos cujas mães trabalham em relação as famílias com renda de mais de cinco a 10 salários mínimos. Provavelmente nas famílias mais pobres e mais difícil a saída da mãe para o trabalho pois essa ocorre em condições desfavoráveis (mãe remuneradas e sem outros recursos para o cuidado dos filhos pequenos), o que contribui também para a precariedade das condições de vida destas famílias. Por outro lado, essas famílias podem ter renda mais baixa exatamente porque a mãe não trabalha. O percentual médio das famílias em que as mães não trabalham e são donas-de-casa é de 21%. Índice mais elevado nas faixas de renda mais baixas e que decresce proporcionalmente ao aumento da faixa de renda

Tabela 2 - Principal Responsavel pelas Tarefas Domesticas por Renda Familiar (em %)

	Renda Familiar (em salarios mínimos)											
	Até 1			Mais de 1 até 5			Mais de 5 até 10			Mais de 10		
	atividades			atividades			atividades			atividades		
	inter nas	exter nas	relacio- nais	inter nas	exter nas	relacio- nais	inter nas	exter nas	relacio- nais	inter nas	exter nas	relacio- nais
Mãe	75	52	59	73	47	54	56	41	47	30	41	46
Pai	1	29	3	0	33	4	1	41	8	1	40	7
Filhas	8	4	6	11	5	5	10	5	5	3	3	1
Filhos	0	2	0	0	3	0	0	4	1	0	4	1
Empregada	0	0	0	1	0	0	15	2	1	44	1	4
Outros responsáveis	16	13	32	15	12	37	18	7	38	22	11	41
Total de famílias (numeros absolutos)*	108	108	108	508	508	508	178	178	178	162	162	162

Fonte: Associação Municipal de Assistência Social - Pesquisa Famílias de Crianças e Adolescentes em Belo Horizonte - 1994

* Excluídos 85 casos em que não informaram a renda familiar

Obs: O total das colunas não soma 100% uma vez que uma pessoa pode fazer diferentes tarefas e que uma mesma tarefa pode ser feita por varias pessoas

Alem das atividades remuneradas a divisão de tarefas domesticas dentro do grupo familiar elucida tanto a sua relação com o mundo do trabalho e as estrategias de sobrevivência quanto a sua dinâmica de divisão de papeis sexuais e da socialização das crianças Em cada domicilio da amostra estudada foi pesquisado quem era o principal responsável e quem mais ajudava na execução de uma lista de tarefas domesticas

A grande maioria das tarefas domesticas continua sob a responsabilidade da mãe de família que tem como principal auxiliar a filha menor de 18 anos Quanto menor a renda da família mais elevada e a participação da mãe e dos filhos menores de 18 anos particularmente das meninas na realização destas tarefas

Tabela 3 - Principal Responsavel pelas Tarefas Domesticas por Tipo de Família (em %)

Principal Responsavel	Família Monoparental Feminina (Simples + Extensa)			Família Nuclear (Simples + Extensa)		
	Inter nas	Exter nas	Relacio nais	Inter nas	Exter nas	Relacio nais
Mãe	55	59	30	68	44	54
Pai	0	5	1	1	44	5
Filhas	12	9	8	7	3	3
Filhos	1	5	1	0	3	1
Empregada	9	2	1	12	1	1
Avo	10	7	4	2	1	1
Outras respostas	13	13	55	10	4	35
Total de famílias (numeros absolutos)*	168	168	168	685	685	685

Fonte Associação Municipal de Assistência Social Pesquisa Famílias de Crianças e Adolescentes em Belo Horizonte 1994

* N = 853 Deste total foram excluidas as famílias da categoria outras

¹² Atividades internas seriam basicamente ligadas a limpeza e manutenção da casa e dos objetos e preparação de alimentos Atividades externas seriam basicamente aquelas ligadas a compras e pagamentos Atividades relacionais seriam aquelas mais diretamente ligadas ao cuidado de crianças doentes e idosos

As Tabelas 2 e 3 descrevem a divisão de responsabilidade pelas tarefas domesticas segundo a renda e o tipo de família Para sintetizar estes dados foi tomada para cada membro da família a media de responsabilidade na execução das tarefas divididas em três categorias a saber internas externas e relacionais¹² E a mulher quem assume mais as tarefas referidas ao espaço domestico enquanto o homem participa daquelas atividades que se ligam ao espaço publico especialmente quando envolvem dinheiro e essa tendência e encontrada tambem em famílias monoparentais E

digno de nota o pequeno aumento da participação masculina nas tarefas de cuidado de crianças e doentes

A presença de empregada doméstica nas famílias de faixas de renda mais alta substitui em grande parte o trabalho da mãe e das filhas. Entretanto não se nota a mesma diminuição para a já reduzida participação masculina. A participação dos filhos homens continua basicamente igual em todas as faixas de renda com pouca diferenciação por tipo de família. Interessante observar que a participação do pai cresce com o aumento da renda familiar mas apenas para as tarefas externas e relacionais. Nas famílias monoparentais a ajuda da avó é substancial.

O cuidado das crianças pequenas é um fator importante na análise da organização familiar. É bastante reduzido dentre as famílias pesquisadas o percentual de crianças até quatro anos que frequentam alguma instituição de atendimento ou educação. As razões para isto em todas as faixas de renda são tanto a ausência de equipamentos sociais quanto a decisão da família de manter a criança pequena em casa sob os cuidados da mãe ou de outros parentes. O percentual de crianças cuja mãe trabalha é bastante mais elevado do que o percentual de crianças que frequentam alguma instituição o que sugere a existência de arranjos familiares ou outros mecanismos internos a família para cuidado das crianças pequenas.

A pesquisa revelou ainda que as principais causas de circulação de crianças e adolescentes são o rearranjo conjugal dos pais (separação ou união) ou as dificuldades materiais da família. Na maioria dos casos de circulação de crianças e adolescentes estes foram viver dentro do próprio sistema de parentela. Isto indica que a circulação se diferencia do abandono de parentesco inserido no conjunto de vínculos do sistema de parentes. Muitas vezes é regulada por razões de ordem prática quando a mãe tem que trabalhar e deixa a criança com a avó ou a jovem volta a viver com sua mãe para ajudá-la a cuidar de irmãos menores.

c) Mães pais e filhos

Dependendo da sua estrutura e dinâmica as famílias podem apresentar diferentes padrões de co-residência, contribuição financeira e convivência de mães e de pais com seus filhos. Para discutir essas diferenças é preciso considerar que em cada domicílio podem existir mais de uma mãe e/ou mais de um pai para o total de crianças e adolescentes que ali residem como no caso de famílias monoparentais conviventes ou nuclear reconstituída.

Na Tabela 4 vemos que a figura materna além

de estar mais presente no que diz respeito a co-residência e convivência com os filhos apresenta menor variação do que a figura paterna. Por exemplo, os domicílios onde crianças e adolescentes têm uma única mãe representam 88% da amostra enquanto que os domicílios onde eles têm um único pai somam 78%.

Tabela 4 - Variações na Figura Materna e na Figura Paterna nos Domicílios por Renda Familiar (em %)

Domicílios onde as crianças/adolescentes têm	Renda Familiar (em salários mínimos)					
	Até 1	Mais de 1 até 5	Mais de 5 até 10	Mais de 10	Não respondeu	Total
	Pai Mãe	Pai Mãe	Pai Mãe	Pai Mãe	Pai Mãe	Pai Mãe
um/a mesmo/a pai/mãe vivo/a	68 91	76 84	80 85	89 92	74 81	78 87
um/a mesmo/a pai/mae falecido/a	6 2	4 1	4 1	2 1	2 2	4 1
pais/maes diferentes so um/a vivo/a	5 1	5 2	2 1	1 2	2 0	3 2
pais/mães diferentes mais de um/a vivo/a	1 5	14 12	13 13	8 4	19 15	14 10
diferentes todas/as falecido/as	3 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
não respondeu	0 1	1 2	1 0	0 0	2 1	4 1
Total de famílias na faixa de renda (em números absolutos)	108	508	178	162	85	1 041

Fonte: Associação Municipal de Assistência Social - Pesquisa Famílias de Crianças e Adolescentes em Belo Horizonte - 1994

A faixa de renda familiar influencia menos na diferenciação da figura materna do que no tipo e presença da figura paterna. Entretanto, a medida em que a renda aumenta, diminui a diferença entre a figura materna e paterna. O índice de famílias onde crianças e adolescentes têm um só pai é maior à medida em que se eleva a faixa de renda da família. Note-se um maior percentual de pais falecidos do que de mães falecidas e que na família monoparental feminina chega a 26% o percentual de domicílios onde o pai é falecido.

Constatou-se que nos domicílios onde as crianças e adolescentes têm uma única mãe, ela mora com seus filhos em uma média de 87% dos casos, mostrando variação quase nula em relação à renda. Entretanto, estes são em sua maioria famílias nucleares e monoparentais femininas onde a co-residência da mãe com seus filhos é um pressuposto. É na categoria outras famílias que

se constata menor percentual (68%) de mães que moram com seus filhos

Ja nos domicílios onde existe apenas um pai vivo 82% dos pais moram com seus filhos. Nesses casos os percentuais de co-residência, contribuição e convivência paterna variam significativamente com a variação da renda familiar, sendo menores para as famílias de renda mais baixa. Do total de casos em que esses pais estão ausentes do domicílio, 34% deles contribuem e 32% convivem com seus filhos, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 - Co-Residência, Contribuição e Convivência de Mães e Pais com seus Filhos em Domicílios onde Crianças e Adolescentes têm um(a) só Pai(Mãe) Vivo(a) (em %)

	Renda Familiar (em salários mínimos)					
	Menos de 1	Mais de 1 até 5	Mais de 5 até 10	Mais de 10	Média sobre o total	Total de casos (em números absolutos)
Co-residência						
Mães	98	99	98	99	99	895
Pais	67	82	87	92	82	844
Contribuição						
-						
Pais	27	27	47	64	34	136
Convivência						
-						-
Pais	27	27	41	43	32	136

Fonte: Associação Municipal de Assistência Social. Pesquisa Famílias de crianças e adolescentes em Belo Horizonte, 1994.

* Inclui os domicílios que não informaram a renda familiar.

** Apenas para os domicílios onde o pai não mora com seus filhos.

** Apenas para os domicílios onde o pai não mora com seus filhos.

Em domicílios onde as crianças e adolescentes têm mais de uma mãe e/ou mais de um pai, a figura materna continua a ser a mais presente. Nesses foi encontrado que em 56% dos casos todas as mães moram no mesmo domicílio e que em 26% so uma mora. Apenas em 4% dos casos nenhuma delas mora. Por outro lado, quando crianças e adolescentes têm pais diferentes, em 7% dos casos todos os pais moram com seus filhos e em 55% apenas um pai mora. Alcança 37% o percentual em que nenhum pai mora. Há um índice médio de 26% de domicílios onde nenhum pai contribui e de 21% onde nenhum convive (Tabela 6). Foi ainda observado na pesquisa que a contribuição e convivência dos pais com seus filhos é proporcionalmente menor nas faixas de renda mais baixas.

Tabela 6 - Co-Residência Contribuição e Convivência de Mães e Pais com seus Filhos em Domicílios onde Crianças e Adolescentes têm mais de um(a) Pai(Mãe) Vivos(as) (em %)

	Co residência		Contribuição		Convivência	
	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
Todos(as)	56	7	36	15	68	22
Mais de um(a) mas não todos(as)	7	1	7	4	6	2
Apenas um(a)	26	55	40	50	18	51
Nenhum(a)	4	37	11	26	1	21
Não respondeu	7	0	6	5	7	4
Total de casos (em numeros absolutos)	108	136	108	136	108	136

Fonte Associação Municipal de Assistência Social Pesquisa Famílias de crianças e adolescentes em Belo Horizonte 1994

Variando conforme a renda familiar a co-residência pode ser um arranjo para enfrentar dificuldades na manutenção da família por razões econômicas ou ligadas ao cuidado das crianças e da casa. Os dados indicam que esse arranjo está fortemente ligado a necessidade de apoio entre mulheres ou entre mulheres e seus parentes tanto femininos quanto masculinos. Mostram ainda que mesmo na ausência da mãe biológica e provável que exista uma outra mulher que desempenhe as funções maternas no domicílio.

Tal como o analisamos o vínculo mãe-criança não se opõe em geral a outros vínculos mas está posto em uma rede de relações que liga mãe-pai mãe-parentes-da-mãe e pai-parentes do pai. Entretanto sua centralidade pode ser percebida por sua presença persistente na maioria dos tipos de família e através dos diferentes níveis socio-econômicos. Por isto é possível dizer que as variações dos tipos de família giram em torno desse vínculo central embora se produzam também a partir da formação e quebra de outros vínculos importantes em especial do conjugal. A centralidade da relação mãe-criança foi percebida também nas formas de mediação social que a figura materna produz para seu grupo familiar como veremos a seguir.

d) Mediação social
Analisamos a seguir os aspectos de cooperação e de reciprocidade no grupo de parentes considerando que esse não se restringe as pessoas que moram no mesmo domicílio e que também nesses casos a figura materna exerce papel central. Toda família de qualquer tipo e por mais fragil que esteja possui mecanismos

de obrigação e ajuda mútua. Os componentes da família contam de alguma forma com ela como suporte, apoio, condição de sobrevivência ou refúgio, não somente em termos materiais (aspecto que é tratado nesta seção), mas também em termos psicológicos e afetivos. É importante conhecer em que condições e através de quais mecanismos este apoio se realiza.

Frequentemente a mãe tem papel de articuladora da rede de parentes, que é básica para a dinâmica e, às vezes, para a sobrevivência da família. Neste sentido, residir próximo a parentes matrilíneos é importante para receber ajuda no cuidado das crianças, por exemplo. Este tipo de apoio frequente em todas as camadas sociais faz parte da rede de solidariedade, conterrânea e parental,¹³ onde operam princípios de reciprocidade que permitem a mobilização de recursos.

É preciso lembrar que se o conjunto de parentes estabelece entre si uma reciprocidade que vem a ser nas condições em que hoje vivem as famílias pobres, fundamental para a sua sobrevivência, esse sistema de laços e ações solidárias não é apenas um elemento funcional ou uma estratégia de sobrevivência. Esse argumento se torna importante para entender, junto as famílias que vivem em condição de pobreza, a reciprocidade entre parentes, uma vez que evitaríamos a naturalização desses laços: um parente ajuda outro não apenas por ser parente, do ponto de vista biológico, mas principalmente porque esse parentesco é percebido e vivido de um ponto de vista cultural. Dentre os tipos de apoio recebidos de parentes próximos, mencionados pelos entrevistados na pesquisa, estão a ajuda para a moradia, ajuda financeira ou colaboração para o cuidado de crianças, idosos e doentes.

O estudo qualitativo de 17 famílias com renda de até cinco salários mínimos mostrou que a mãe (a mãe biológica ou a mulher que exerce o seu papel) é figura central na mediação entre crianças/adolescentes e a sociedade, desde o seu acesso a serviços de saúde e educação, a sua defesa em situações de violência social, tais como em casos de arbitrariedade policial ou situações de discriminação na escola. Embora em alguns casos também possa ser agente de violência doméstica, a figura materna atua no grupo familiar como agente de denúncia desta violência. Isso foi constatado, por exemplo, em um caso de abuso sexual de uma criança de cinco anos por um conhecido da família; em outro caso de mau trato policial contra um menino de nove anos; e em relação a adolescentes que ao engravidar necessitaram de apoio material e psicológico de suas famílias. Em todos eles, a mãe foi a figura central para defesa e apoio de crianças e adolescentes.

¹³ BRANT, Maria do Carmo. A Proteção Social Destinada às Famílias Brasileiras. *Serviço Social e Sociedade*, 42, 68-77, agosto de 1993. Em relação às classes médias urbanas. VELHO, Gilberto. *Visão de Mundo e Estilo de Vida em Camadas Médias Urbanas*, algumas questões sobre o estudo de família. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

É importante reconhecer que a família pode tornar-se forma de apoio primordial ou refugio sobretudo para os segmentos de rendas mais baixas devido a dificuldade de inserção de seus membros em outras redes de relações sociais. O fato de a família manter poucas e restritas relações para fora isto e com vizinhança comunidade entidades e organizações sociais pode ser sinal não de que a família se basta ou de que ela e voltada para si mesma mas ao contrario da sua fragil inserção social

Na dinâmica das relações familiares como contraponto aos elementos de apoio e reciprocidade e necessario ainda considerar que a família e tambem lugar onde os individuos vivem situações e experiências desagregadoras ou reorganizadoras tais como desemprego doença morte separação conjugal união conjugal e incorporação de novos membros as quais todas as famílias estão potencialmente sujeitas podendo reagir diferentemente a elas conforme suas características e recursos

A análise das relações entre tipos de família e fatores de tensão deve ser cuidadosa. Seria possível pensar que determinadas estruturas familiares apresentem maior fragilidade e exposição a fatores de tensão. Entretanto tambem e possível ver que certos fatores de tensão (relativos por exemplo a saúde falecimento dentre outros) levam o grupo a modificar a sua forma de organização e enfrentamento do cotidiano (por exemplo acolhendo novos membros ou passando a morar duas famílias em uma mesma casa justamente para criar condições de enfrentar a tensão vivida). Além disso a tensão nem sempre se associa a um momento de desagregação (tais como separação de casais ou de pais e filhos) podendo estar associada a um momento de reorganização do grupo (como nas famílias nucleares reconstituídas ou nas famílias que recebem agregados). Fazem-se necessarios novos estudos que relacionem especificamente o papel da mulher em especial da figura materna na percepção vivência e formas de enfrentamento desses conflitos

Nova perspectiva na política social dirigida a famílias um argumento pela equidade

Foi preciso um longo tempo para que a política social reconhecesse a necessidade de ações voltadas para apoio e atendimento das famílias especialmente nos setores mais carentes da população. Um tempo ainda muito maior foi gasto para se introduzir a visão de que e preciso não discriminar as formas familiares e nem pretender disciplinar a família para conforma-la a qualquer ideal.

Qualquer política social deve ter por principio recusar-se a disciplinar a família e a responsabiliza-la a

priori de não prover apoio a seus membros. Que o poder público apoie a família não pode significar considerá-la remédio para todos os males - como se o Estado devesse a família a responsabilidade sobre problemas que ele próprio não conseguiu resolver. É fundamental estimular as iniciativas da sociedade, bem como as parcerias entre poder público e entidades privadas, sem que no entanto isto resulte na des-responsabilização do primeiro para com a eliminação das desigualdades e da exclusão social. Ao associar **família e políticas sociais** é necessário antes de tudo reconhecer que no Brasil as famílias já cumprem em grande proporção e por vezes sozinhas o papel de proteção aos indivíduos, sobretudo porque as políticas sociais são frágeis, não universais e descontinuas.

É imprescindível considerar, sem estigmatizar a pluralidade dos tipos de família. Sem um esforço de compreensão e análise dos processos psicossociais vividos pelas famílias em suas diferentes condições de organização e existência, corremos o risco de andar em círculo. Isto é, se de um lado não é mais possível estigmatizar famílias por sua organização diversa, também não se pode reduzir a análise a um catálogo de formas possíveis. Isto seria considerar as famílias diferentes em organização, mas homogeneizadas por uma idealização que não permita a abordagem das condições peculiares, reduzidas a igualdade paradoxal de um relativismo cultural que não questiona as condições em que as diferenças são geradas. Ao criticarmos o paradigma da forma familiar ideal, bem como alguns fatores de estigmatização das famílias das classes populares, percebemos que tampouco podemos desvincular a vivência e organização do cotidiano das famílias das condições em que vivem. Entretanto, políticas sociais não devem reduzir a riqueza e a pluralidade desse sistema a uma mera função ou estratégia de sobrevivência.

Precisamos agora tornar mais consistente a ideia de que a vida privada é essencial para a qualidade de vida geral na sociedade e que, na esfera da vida íntima (como na família), tanto quanto na vida pública, é necessário existir diálogo, participação, liberdade e ética. É muito provável que ações voltadas para a família tenham desdobramentos e efeitos positivos para o todo da vida social, na medida em que venham a melhorar o acesso aos direitos de cidadania de todos os membros e em especial de crianças e adolescentes. Mas também na medida em que ofereçam aos cidadãos a oportunidade de melhor viver os seus direitos dentro de um contexto de proteção mútua, afeto, desenvolvimento pessoal e solidariedade.

Consideramos necessário repensar o lugar da

figura materna nas ações sociais dirigidas a famílias mudando a visão que tem sido sustentada nessas ações sobre o papel da mulher no grupo familiar. Isto implica reconhecer que o apoio que a figura materna oferece ao grupo familiar é fundamental para as políticas sociais. Entretanto, como esse apoio se fundamenta em um valor cultural mais do que em uma função biológica, as políticas sociais devem se endereçar a mãe enquanto ator social, respeitando e promovendo seus direitos, bem como promovendo a igualdade no grupo familiar.

Assim, uma nova visão a ser adotada nas políticas sociais implica o apoio decisivo às atividades produtivas das mães-de-família, bem como a sua proteção contra discriminações no mercado de trabalho. Implica também o apoio às mães-de-família no desempenho das tarefas de mediação entre o grupo familiar e a sociedade, tais como na relação família-escola. Para tal, é necessário que existam medidas efetivas de proteção às mulheres e crianças na vida privada, tais como medidas contra a violência doméstica.

Ha unanimidade nos estudos sobre famílias a respeito da estreita correlação entre as condições de vida e oportunidades da mulher mãe-de-família e a situação de vida de crianças e adolescentes. Por esta razão, é essencial que as instituições públicas contribuam para melhorar as condições da mulher, sem que isso signifique que ela seja a única responsável pelos filhos. Antes de tudo, o poder público pode contribuir para coibir a discriminação, visando terminar com a desigualdade de gênero, particularmente a segregação ocupacional e a discriminação salarial. Ações voltadas para a regularização de trabalho da mulher (e por conseguinte da mãe) e para sua qualificação enquanto trabalhadora são, portanto, essenciais.

As instituições que trabalham com crianças e adolescentes (escola, postos de saúde, conselhos tutelares) devem reconhecer que as referências para a ação educativa dirigida aos jovens, embora com maior frequência estejam focalizadas na figura materna, passam também pelo grupo familiar extenso (avós, tios, padrinhos). Desta forma, as instituições devem estar preparadas para atuar também junto a estas pessoas para envolvê-las no processo ativo de educação da infância e adolescência. Esta relação deve, contudo, partir de uma atitude não discriminatória em relação aos tipos de família, promover a parceria e o diálogo com o grupo familiar como um todo.

É essencial a criação (ou fortalecimento, onde já exista) de uma rede de atendimento a famílias para oferecer informação e orientação em situações difíceis da vida cotidiana, tais como desemprego, situação

prolongada ou traumática de doenças e morte e ocorrência de doença mental

Por fim as ações específicas para os membros da família não devem significar a segmentação das famílias ou muito menos a fragmentação dos indivíduos em necessidades ou carências. Ao contrário deve-se buscar atingir cada membro em suas características e fases próprias visando potencializar sua inserção na família e na sociedade.

As políticas voltadas para a família não mais podem estar baseadas no preconceito de que os direitos de alguns dos seus membros em particular crianças e adolescentes impliquem necessariamente o sacrifício da participação social de outros mais especificamente as mulheres. Pode ao contrário adotar a perspectiva mais abrangente de que a construção dos direitos de cidadania é um processo que implica interrelacionar os direitos daqueles que convivem no grupo familiar.

É fundamental dar visibilidade a figura materna no grupo familiar para mostrar que as relações da mulher (e mãe) com a família não são mero resultado da biologia mas são intrinsecamente vínculos sociais que mesclam valores, representações e práticas em uma rede de sociabilidade. Dessa forma não podem se sustentar em uma condição natural mas exigem condições sociais para sua realização. Na medida em que se chama atenção para a natureza social dos vínculos familiares a participação dos vários membros do grupo nas atividades que relacionam família e sociedade deve e pode ser incentivada.

A atuação da mulher dentro do grupo familiar deve ser vista como importante faceta de sua participação social embora não seja a única. Assim o reconhecimento da importância social da figura materna no grupo familiar deve ser um argumento em favor dos direitos da mulher como trabalhadora e cidadã em uma articulação de seus direitos dentro e fora da família.